

**ACTA Nº 3 – Sessão ordinária da  
Assembleia Municipal, realizada no dia  
25 de Junho de 2005**

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e cinco, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega – Informação dada pelo Sr. Engº José Justo;
2. Expediente para conhecimento;
3. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
4. Projecto de Regulamento Municipal da Biblioteca Municipal de Montalegre;
5. Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso – Documentos do exercício de 2004.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes sessenta e um membros. Não compareceram à chamada os deputados António Duarte Barroso Soutinho, Acácio Silva Gonçalves, Albino José Ribas, Manuel Dias Baptista, Nelson Tiago Antunes Rodrigues, Jorge Araújo Fernandes, Ricardo António Pires de Moura, António Gregório Azevedo Dias, Manuel Lopes Alves e Luis Sanches Álvares Pereira.

No prazo legal, justificaram a falta à sessão do dia 29 de Abril de 2005 os deputados António Maria Dias Cascais e Manuel Dias Baptista.

Não justificaram a falta à referida sessão os deputados Nuno Duarte Miranda Justo, Albino José Ribas, Nelson Tiago Antunes Rodrigues, Fernando Gonçalves de Moura, Luis Filipe Afonso Carril, Pedro Nuno da Cruz Giesteira e António Gregório Azevedo Dias.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e um membros.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da renúncia ao mandato do deputado Bernardino Rui Alves Pereira que foi substituído pelo senhor Francisco Lopes de Freitas.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração tendo o deputado António Azevedo e o vereador Nuno Pereira feito alguns reparos.

O deputado António Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, entregou à Mesa a seguinte correcção:

“Fervidelas, 25 de Junho de 2005

António Afonso de Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, vem por este meio pedir à mesa da Assembleia, que seja escrita a sua intervenção, da acta nº 2 realizada no dia 29 de Abril de 2005.

Eu disse ao Senhor Presidente da Câmara que andavam a fazer caminhos a particulares e que o caminho de Fervidelas a Lamas no Inverno é preciso vir de galochas a Fervidelas, quem quiser ir à missa todos os domingos mesmo fazendo grande falta para os agricultores que está muito mau para transitarem os tractores.

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu que fez aquele e que ainda havia de fazer mais.”

O Vereador Nuno Pereira disse que na última sessão tinha feito dois requerimentos: um para que a gravação da sessão fosse certificada e o outro para certificar a acta da mesma sessão. Perguntou ainda se na acta, uma vez que não teve acesso a ela, estavam transcritas as acusações que o deputado Fernando Calvão lhe tinha feito.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu afirmativamente.

A acta foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Alberto Fernandes, Luis Carril, António Ferreira, Pedro Giesteira, Manuel Carvalho, Paulo Cruz e José Acácio.

O deputado António Cascais disse que tinha recebido um convite do Senhor Presidente da Câmara para, neste dia, fazer uma visita às obras do Parque de Exposições e teria todo o prazer em estar presente, mas não podia porque tinha que sair para uma acção partidária em Vila Pouca. Falou ainda um pouco sobre a obra dizendo que esta foi muito falada na imprensa nacional e regional e que nasceu como nasceu. Levantaram-se algumas dúvidas, mas, do ponto de vista legal e formal a Câmara tomou a atitude certa sobre a adjudicação. Referiu ainda que faz votos para que decorra da melhor maneira e que não se esteja a construir uma fonte de sacrifícios financeiros para o município. Começou a constar que havia ali problemas e, vindo de onde vinham esses boatos, pareceu-lhe que seriam fundados. O arquitecto Carlos Borges, que fez o projecto, começou por fazer alguns avisos por escrito à Câmara sobre os problemas que a obra teria. Então a Câmara pagou a uma empresa especializada, S. Azevedo B. Oliveira, Arquitectos, Lda, para fazer o acompanhamento técnico da obra. Foram feitas algumas visitas à mesma e na última visita, em Março, e em carta enviada pela empresa contratada pela Câmara dava conta das várias anomalias nos andamentos dos trabalhos. O Senhor deputado leu parte da comunicação e enumerou algumas das irregularidades que também já tinham sido apontadas pelo arquitecto Carlos Borges. Em seu entender deveria ser uma entidade independente a fazer uma vistoria às obras para que tudo decorra com normalidade porque a Câmara já tem uma má experiência com a piscina, que já esteve fechada durante algum tempo para reparações, o que acarreta mais encargos para a Câmara.

O deputado Alberto Martins leu o seguinte documento:

“Senhor Presidente da Assembleia  
Membros da Mesa

Senhor Presidente da Câmara  
Senhores Vereadores  
Minhas Senhoras, Meus Senhores

Quis o destino ou os homens que esta Assembleia Municipal fosse marcada para o dia 25 de Junho e foi no dia 25 de Junho de 1980 que em Salto nasceu o Grupo Desportivo e Cultural de Salto. Faz hoje 25 anos, esta Associação Desportiva.

Salto está em festa porque a sua Associação mais antiga comemora, hoje, as suas Bodas de Prata. Ao longo destes anos “o Salto” soube honrar e dignificar o nome da sua freguesia, quer no aspecto desportivo, quer no cultural e humano. Quero lembrar que sempre participou, nestes 25 anos, nos Campeonatos Distritais da Associação de Futebol de Vila Real. Este ano com 5 equipas: Futebol Sénior, Juvenis, Infantis, Escolas e Futsal, dando, assim, oportunidade a dezenas de jovens de todo o Baixo Barroso de praticarem desporto federado e ocuparem de forma saudável os seus tempos livres.

Para além de outros feitos, foi campeão distrital de futebol da 2ª divisão, finalista da Taça da Associação e Campeã Distrital de Futsal.

Este ano, a sua equipa de escolas foi a vencedora da taça distrital da categoria. Também o Grupo de Zés Pereiras, “Os Condestáveis”, o Jogo do Pau, o Grupo de Cantares de Salto, “nasceram” nesta Colectividade. Provas de atletismo, a gincana de automóveis motorizados, bem como peças de teatro, desfiles etnográficos, torneios de futsal e outras iniciativas, foram também algumas das muitas actividades levadas a efeito por este Grupo Desportivo! – Apostando sempre na formação, valorização e ocupação dos seus jovens. Na defesa dos valores culturais e tradicionais e na divulgação e promoção da sua terra.

Muitas foram, pois, as actividades realizadas nestes vinte e cinco anos e muitos foram os que passaram pelo Grupo Desportivo, dando muito do seu esforço, da sua dedicação e do seu tempo!

Não podia deixar passar, esta data, sem dar aqui, nesta Assembleia, os parabéns ao Grupo Desportivo e Cultural de Salto e felicitar todos os seus associados, atletas e dirigentes, neste dia de aniversário, extensivos a todos os que contribuíram e contribuem para o manter vivo, activo e dinâmico.

As prendas que deseja, nestas Bodas de Prata, sei quais são!... O Senhor Presidente da Câmara também sabe!...

Mas, meter um pavilhão desportivo e relva sintética no campo de futebol, sei que não é “embrulho” fácil de fazer, mas que o Grupo delirava ao abri-lo, lá isso era verdade!...

Vinte e cinco velas apagam-se hoje, esperamos pelas cinquenta. Parabéns Salto!...

Assina, Alberto Martins.”

O deputado Luis Carril disse que, depois de quatro anos de alertas que o PSD tem feito sobre a acumulação de reformas, o que ocorreu com o Dr. Alberto João Jardim e com o Senhor Presidente da Câmara de Montalegre, não é uma situação ilegal, mas é imoral.

Disse que ficou admirado ao ler uma entrevista do Senhor Presidente no Jornal de Notícias em que dizia que concordava com as medidas que o Governo está a tomar. O deputado perguntou qual é a atitude que o Senhor Presidente da Câmara pretende tomar depois de admitir que era imoral a acumulação de reformas.

O deputado António Ferreira disse que existe um fontanário instalado na variante do rio Cávado, que está bem feito e é bonito, é todo em pedra e que tem um cano preto ao lado que deita água de uma mina ali existente. Disse que não bebe daquela água por sugestão, mas perguntou se a água estava própria para consumo ou não e pediu que se colocasse lá uma placa a informar a população. Se a água é boa deve ser ligada ao fontanário. Perguntou quem é o responsável pelas embarcações que circulam no rio Cávado porque já aconteceu lá um acidente em que uma criança caiu à água e felizmente não foi nada de grave, mas poderia ter sido e é preciso saber de quem é a responsabilidade. Sobre o Parque de Exposições, disse que no dia 30 de Abril, quando o Senhor Presidente da Câmara foi receber o Senhor Primeiro Ministro ao Gerês, a obra foi invadida por pessoas do PSD que nem sequer se muniram de material de protecção como, por exemplo, capacetes e botas, sendo sinal de que a obra ainda não está para cair, e que disseram que eram vereadores e que estavam ali em representação da Câmara. Os senhores vereadores foram acompanhados pelo Senhor Arquitecto Carlos Borges e por mais duas pessoas que eram funcionários da empresa de consultoria que, por acaso, são irmãos do Senhor Arquitecto.

O deputado Pedro Giesteira falou sobre o funcionamento dos Correios de Portugal que estão a prestar um mau serviço às populações. Em algumas freguesias fazem a entrega porta a porta e noutras fizeram contratos com as juntas e são estas que asseguram a distribuição do correio. Falou ainda nos fogos florestais e alertou as pessoas para o seu aparecimento, sendo que a prevenção é a melhor solução. Estamos numa época complicada e também cabe aos eleitos locais informar, divulgar e ter um papel activo na prevenção dos fogos.

O deputado Manuel Carvalho congratulou-se com o facto de o clube da sua terra fazer 25 anos de idade. Não se recorda de ter sido criado, mas espera que faça os 50 anos de existência para que os jovens possam praticar desporto. Disse ainda que no início deste mandato pediu ao Senhor Presidente da Câmara para que fossem reparados alguns caminhos agrícolas da sua freguesia e o Senhor Presidente respondeu que não pode chegar a todo o lado em tão pouco tempo. Sabe ainda que a este seu pedido o Senhor Presidente vai responder que fez a estrada Salto a Linharelhos e obras na Borralha, mas os quatro anos já passaram e os caminhos agrícolas são uma necessidade. Falou ainda da necessidade de haver um médico a tempo inteiro em Salto. Tem a certeza de que os médicos que prestam lá serviço são competentes e fazem o melhor que podem, mas não estão a tempo inteiro e como neste momento o Senhor Presidente da Câmara tem o Governo do lado dele agradece que tome alguma providência.

O deputado Paulo Cruz disse que foi bom o governo ter tido a coragem de pôr ordem na imoralidade dos vencimentos acumulados. Sobre o Parque de Exposições, disse que se deve aguardar com serenidade o decorrer dos acontecimentos porque, com a pista de automóveis, o PSD falou, falou e, no final, só fizeram pó porque não tinham fundamento nenhum as acusações que eram feitas porque as pessoas que estão à frente da Câmara são competentes e sabem aquilo que estão a fazer. Como já são conhecidos os traços gerais do programa eleitoral e as prioridades que o candidato do PSD tem para

o concelho, deve ser pedido um esclarecimento à bancada que o apoia. Perguntou se a bancada do PSD partilha da postura do candidato do PSD em relação ao Parque de Exposições que o classifica como eleitoralista e que nada de bom traz para o concelho ou se o acham como um agente relevante para a economia da região. Perguntou ainda que tipo de promessa é, se é prioridade máxima para o concelho e com que verbas irá ser construído o parque de estacionamento para automóveis em forma de cilo.

O deputado José Acácio, Presidente da Junta de Freguesia de Covelães, disse que no dia 30 de Maio saiu uma notícia no Jornal de Notícias dando conta da actividade do projecto Mulheres de Barroso e referiu que não sabe o que isso é porque na sua freguesia nunca fez lá nada. Numa das colunas diz-se que os autarcas dos concelhos de Montalegre e Boticas são os culpados do atraso em que os dois concelhos se encontram porque são analfabetos e nem sequer um jornal diário sabem ler. Referiu que reprovava totalmente essa escrita.

O Senhor Presidente da Assembleia, respondendo ao deputado Manuel Carvalho sobre a questão do médico a tempo inteiro em Salto, referiu que é um absurdo estar-se dois meses à espera de uma consulta médica. Não sabe o que é que a Câmara pode fazer, mas pensa que as forças vivas deveriam fazer mais pressão, assim como os utentes que deviam reclamar no livro de reclamações que é para isso que ele existe. As pessoas também se podem deslocar ao Centro de Saúde a Montalegre onde serão bem atendidas, mas reconheceu que essa despesa seria desnecessária se a resposta do Posto Médico de Salto fosse mais eficaz.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Ao deputado António Cascais, disse que tinha marcado o convite para este dia para visitar o Parque de Exposições por coincidir com a sessão da Assembleia Municipal. Disse que as pessoas que não pudessem estar presentes podiam marcar outro dia e que seriam acompanhadas por técnicos credíveis. O que não se pode fazer é chegar à obra e dizer que estão em representação da Câmara porque quem representa a Câmara é o Presidente ou em quem ele delegar porque é isso que a Lei obriga. Explicou, mais uma vez, quais foram as opções tomadas na adjudicação da obra e o porquê de ter sido à Ferseque e não à empresa Somague, que foi a empresa que ficou colocada em segundo lugar no concurso. Explicou também que a Câmara aceitou o trespasse da obra para a empresa Urbanop como forma de viabilizar a obra. Referiu que o arquitecto responsável pelo projecto tinha feito um bom trabalho e apresentou uma obra que era funcional e correspondia àquilo que a Câmara queria. Foi o que melhor entendeu as informações que a Câmara deu a todos os concorrentes. Durante a obra surgiram então problemas técnicos que era preciso resolver, mas o Senhor arquitecto Carlos Borges atrasava sempre os trabalhos até que um dia apresentou as alterações ao projecto mas pediu 35 mil contos por esse trabalho ao empreiteiro que disse que não podia pagar. A empresa rescindiu com o arquitecto e deixou de ter qualquer responsabilidade sobre a obra, mas mesmo assim ele acompanhou os senhores vereadores do PSD na visita às obras do Parque de Exposições. Esclareceu ainda que havia anomalias e irregularidades que só se conseguiram corrigir com o facto de o Senhor Arquitecto Carlos Borges ir embora. As alterações que foram feitas e que são trabalhos a mais, a Câmara terá que os pagar, mas também há trabalhos a menos, como o Mercado de Gado que não irá ser feito e que a Câmara não vai pagar. Também se vê que há maldade e má fé por parte do PSD quando

dizem que a obra vai levar zinco. O projecto que ganhou o concurso previa o zinco, mas tentou-se alterar para granito já que era material da terra. A empresa disse que isso teria custos acrescidos e pedia mais sessenta mil contos. A Câmara disse que não e que ficaria o projecto inicial. Disse ainda que o PSD apregoa que a obra é megalómana e isso é politiquice, demagogia e falsidade porque é uma obra que faz falta a Montalegre e tem boa qualidade porque os técnicos assim o confirmam e confia neles.

Ao deputado Alberto Martins disse que se solidarizava com o Grupo Desportivo e Cultural de Salto pelos 25 anos de existência.

Ao deputado Luis Carril disse que ainda bem que foi o PSD que fez a lei das regalias aos políticos e ainda bem que foi o PS que acabou com ela. Pensa que estas medidas são justas porque é preciso dar o exemplo aos portugueses porque temos todos de pagar a crise.

Ao deputado Pedro Giesteira, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, disse que tinha mandado uma carta aos C.T.T. para reclamar o mau funcionamento dos serviços prestados por essa entidade. Disse ainda que têm de reclamar todos e pressionar mais.

Ao deputado Manuel Carvalho, disse que a Câmara faz a manutenção dos caminhos agrícolas. Em relação à questão do médico a tempo inteiro em Salto, respondeu que, quando foi do caso da Sr<sup>a</sup> Conservadora, o PSD disse que o problema era deles e que a Assembleia nada tinha a ver com o assunto. Agora com a questão do médico, a Assembleia já se pode pronunciar.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, Armando Duarte, Luis Carril e Manuel Carvalho.

O deputado António Cascais referiu que, pelo estilo e pela linguagem do Senhor Presidente da Câmara, parece que aquilo que tinha dito, acerca da consultoria paga pela Câmara, o melindrou. Há um gabinete de arquitectos que fez as denúncias, apontou irregularidades processuais e irregularidades de construção da obra e sugeriu que a Câmara desse cumprimento ao que está estipulado no regulamento do concurso, que era a inspecção por parte de uma entidade independente. Relativamente ao Pavilhão e ao Parque de Exposições, disse que o PSD quando fala é porque não optaria pela obra que está em curso, mas como o PSD é um partido reformista quando ocupa o poder não é para deitar abaixo aquilo que está feito. Disse ainda que têm uma utilização para o Parque de Exposições porque ele está feito. O que não queriam, e espera que a partir de Outubro, era pegar no Parque de Exposições com os defeitos que a empresa diz que tem. Sobre aquilo que o PSD pretendia, disse que já se teria há muito tempo um pavilhão gimnodesportivo e um auditório, o que o PSD não configuraria era aquele Parque. Relativamente ao cilo, não se imagina um como existe no Porto, mas o PSD tem-no enquadrado e tem ideias para resolver o problema do estacionamento na vila que virão para fora porque o conceito do PSD é fazer obras à dimensão das necessidades. Terminou dizendo que iria iniciar-se a campanha eleitoral onde se irá debater ideias e nunca levou a mal contestações políticas e pediu desculpa se algum dia ofendeu alguém.

O deputado Armando Duarte disse que o fontanário na variante do rio Cávado é da responsabilidade da Junta de Freguesia. Informou que a mina é de um particular e que

foram feitas análises à água e está boa para consumo. Esclareceu ainda que as canoas são da responsabilidade da pessoa que tem a exploração do bar e que permite o uso de canoas e gaivotas, mas existem lá coletes para precaver algumas situações.

O deputado Luis Carril disse que ficou admirado quando o Senhor Presidente da Câmara elogiou o Prof<sup>o</sup> Carvalho de Moura e a Ministra Ferreira Leite. Referiu ainda que na sua intervenção teve o cuidado de mencionar em primeiro lugar o Dr. Alberto João Jardim. Terminou dizendo que ainda falta algum tempo para as eleições e já são as propostas do PSD que são discutidas.

O deputado Manuel Carvalho disse que nunca tinha mudado de opinião e que a sua atitude foi sempre a mesma. Só falou na questão do médico porque as pessoas idosas dirigem-se a ele e dizem-lhe, que por ser membro da Assembleia, deveria fazer alguma coisa.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega – Informação dada pelo Sr. Eng<sup>o</sup> José Justo**

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que várias vezes tinha sido posta em causa a gestão do Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega e que por isso foi convidado o Senhor Eng<sup>o</sup> Justo para dar uma explicação mais detalhada sobre o funcionamento daquela instituição.

O Senhor Eng<sup>o</sup> José Justo esclareceu que lhe tinha sido endereçado um convite para falar na Sociedade do Matadouro, como se encontra e quais as perspectivas de futuro. Embora não houvesse nada que o obrigasse a estar presente, quis estar porque, como barrosão, acha que deve informar as pessoas. Disse que há 40 ou 50 anos que Barroso lutava por um matadouro, mas que nunca apareceu. Após o 25 de Abril, nasceram novas expectativas, mas houve a promessa de quatro ministros e ele nunca apareceu. Nos anos 80 aparece a rede nacional de abate e disse quais os matadouros que deviam ser criados para cobrir as deficiências. Esta rede nacional de abate contemplava um Matadouro para Barroso e Alto Tâmega e era necessário que as Câmaras de Montalegre, Chaves e Boticas se entendessem para escolher o local. Depois de várias reuniões nunca houve entendimento e referiu que o Prof. Carvalho de Moura, Presidente da Câmara de Montalegre, fez um trabalho notável e lutou muito para que esse projecto se concretizasse, mas não houve entendimento, até que saiu um aviso que dizia que ou se criava uma sociedade ou Montalegre ficava sem o Matadouro. Criou-se a sociedade que era constituída por pessoas ligadas à carne, como a Cooperativa e talhantes. Fez-se o projecto no valor de 356 mil contos que foi aprovado por Bruxelas. Foi aberto concurso público e a proposta mais baixa era de 700 mil contos. Não havia possibilidades de o concretizar. O projecto caiu e fez-se outra candidatura para 700 mil, contos mas com um aumento de capital social de 100 mil contos. A empresa Agro-Promotora realizou a obra, mas era necessário ir à banca buscar dinheiro para adiantar à empresa porque, apesar de ser uma obra comparticipada, a primeira tranche só chegava depois de estar 25% da obra concluída e a última tranche apareceu passados seis meses de a obra estar concluída. Referiu que o Matadouro é uma empresa com problemas, é débil e quando se terminou a obra deviam-se 500 mil contos, mas já está em funcionamento há muito tempo apesar de algumas pessoas lhe darem apenas seis anos de funcionamento. Disse

que o Matadouro tem todos os compromissos assumidos e deve 154 mil contos, que espera pagar em três anos. Disse ainda que a sociedade tem duas componentes, uma é a prestação de serviços, que é feita a todos os marchantes, outra é a componente comercial. A prestação de serviços tem vindo a diminuir porque o consumo de carne tem baixado nos matadouros uma vez que tem havido um aumento da carne importada e hoje a selecção para a maioria das pessoas faz-se em função do preço em vez da qualidade. Falou ainda do investimento que o Matadouro terá que fazer para não perder competitividade como, por exemplo, na área da covetização e em equipamento para a destruição dos sub-produtos dos animais.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Alberto Fernandes, José Rodrigues, Pedro Giesteira, José Acácio e Joaquim Pires.

O deputado António Cascais disse que a agenda da sessão lhe tinha causado alguma surpresa e espera que a presença do Eng<sup>o</sup> Justo não tenha outra qualquer intenção senão aquela que todos julgamos que tem, que é vir à Assembleia Municipal explicar a situação do Matadouro, empresa da qual a Câmara é accionista. Disse que é entendimento do PSD que a Câmara deve constituir um motor de desenvolvimento de todo o concelho e de todo o tecido produtivo e industrial. Disse ainda que as ajudas ao Matadouro devem ser implementadas e que todos devemos estar de braço dado com a sua administração porque o PSD tem consciência que o matadouro é um factor de desenvolvimento para o concelho por força dos serviços que presta à população e à região e por ser uma unidade que cria postos de trabalho. Disse que o PSD não vê como positivo para o concelho, e muito menos para o Matadouro, que se transforme esta unidade produtiva num ponto de discussão político-partidária. Rejeita essa postura porque entende que as coisas têm de ser colocadas a outro nível.

O deputado Alberto Fernandes disse que a Cooperativa Agrícola de Boticas tem a certificação do gado Barrosão e perguntou se está a matar ou não no Matadouro.

O deputado José Rodrigues prescindiu da palavra.

O deputado Pedro Giesteira disse que na sua intervenção não falaria de contas até porque elas são feitas por um revisor oficial de contas. A Câmara, como accionista do Matadouro, tem de servir de motor. Lamentou o facto de alguns colegas, que estão sempre a falar do matadouro, não estarem presentes nesta sessão.

O deputado José Acácio felicitou o Eng<sup>o</sup> Justo por ter vindo à Assembleia prestar esclarecimentos. Tem pena que a pessoa que mais critica a gestão do Matadouro não esteja presente.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que toda a gente se lembra de que há deputados que criticam a gestão do Matadouro. Este assunto era para ter sido agendado na sessão anterior, mas que a agenda era muito grande e que por essa razão tinha sido adiado para a presente sessão por ter uma agenda menor. Disse que tinha sido ele quem convidou o Eng<sup>o</sup> Justo para prestar os esclarecimentos e não tem nada a ver com questões político-partidárias.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que todos devemos reconhecer o arrojo que as pessoas



tiveram ao lançarem o Matadouro, nomeadamente o Eng<sup>o</sup> Justo e o Prof<sup>o</sup> Carvalho de Moura. Todos sabiam os riscos da construção do Matadouro em qualquer região do país e na região de Montalegre esses riscos são acrescidos. Se não fosse o Eng<sup>o</sup> Justo o Matadouro não existia e se não fosse ele o seu gestor já tinha fechado. Há grande concorrência e os preços têm baixado desde que entrou em funcionamento. O Matadouro é uma empresa que abate gado e tem como preocupação a sua viabilização. Faz-se muitas vezes a acusação de que abate o gado que vem de fora e não abate o que se produz no concelho, mas se se abatesse só o gado do concelho já tinha fechado porque não era rentável. Disse ainda que o Matadouro tem dificuldades financeiras porque já arrancou com uma dívida grande. A Câmara tem dado todo o apoio que lhe é solicitado porque assim está a dar apoio aos agricultores e aos 40 funcionários que lá trabalham.

O Senhor Eng<sup>o</sup> Justo esclareceu ainda que não é obrigado a vir à Assembleia Municipal, mas virá sempre que o solicitarem para criar unidade e não divergências. Referiu que em termos políticos faz questão de manter a neutralidade e quer ser um factor aglutinador e pacificador. Sabe que não é perfeito, mas faz o melhor que pode e que sabe. Entende que o cooperativismo e municipalismo devem andar de mãos dadas. Diz-se que o Matadouro mata gado de fora, mas presta um serviço desde que os animais estejam legais e quanto mais aparecer mais se abate. Disse que nunca comprou animais de fora e que compra sempre gado do concelho. Disse que as Cooperativas de Montalegre e Boticas andaram sempre de mãos dadas, mas Boticas não quis subscrever o capital social e neste momento o Matadouro só tem capital social do concelho de Montalegre e Boticas não mata no Matadouro de Montalegre. Explicou que era impossível viabilizar o Matadouro só com o gado do concelho e mostrou, através de alguns documentos, que em 2005 e até Maio abateu 5000 cabeças de gado. Terminou dizendo que gostava que as pessoas antes de falarem se documentassem. Disse que o acusam de má gestão, mas perguntou quem dos presentes pode fazer melhor se nem sequer conhecem a realidade do Matadouro.

## **2. Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido nomeadamente um ofício do Senhor Presidente da Câmara dando conhecimento à Assembleia Municipal de que a partir do dia 9 de Maio de 2005 ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da EHATB.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **3. Actividade e Situação Financeira da Autarquia**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia, desde a última sessão até à presente data.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **4. Projecto de Regulamento Municipal da Biblioteca Municipal de Montalegre**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia

Não houve inscrições.

**Deliberação:** O projecto de regulamento foi aprovado por unanimidade.

**5. Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso – Documentos do exercício da 2004**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

**PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário